

## **Eixo 2 – Democratização do acesso à cultura e participação social**

O eixo sobre Democratização do acesso à cultura e participação social busca debater e recomendar a revisão de elementos que afetem o acesso à cultura e à arte, enfrentando desigualdades e assimetrias. Reforça-se neste eixo como as dinâmicas de participação e escuta social são essenciais para a ampliação do diálogo, para a valorização do acesso à cultura e para o fortalecimento de nossa democracia.

Ao final das 149 conferências municipais e 10 conferências intermunicipais foram geradas e encaminhadas um total de 564 propostas relativas ao eixo 2, estando disponibilizadas integralmente em material viabilizado através do site da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. As palavras-chave dos temas citados nas propostas enviadas são: acessibilidade, ações afirmativas, cultura tradicional, capacitação de pessoas e agentes da cultura, atuação em rede, benefícios sociais, rede entre cidades, educação, comunicação, comunicação entre entes federativos, ampliação de editais, ampliação do edital do Proac, isenção de impostos, desburocratização e acesso à informação, participação social, orçamento, mapeamento, alocação de recursos, equipamentos culturais, digitalização, uso de espaço, transporte, descentralização de ações culturais, diversidade de atividades, infância e juventude, formação de público, política pública, democratização, sistema nacional de cultura, sistema estadual de cultura etc.

Tais dados extraídos da planilha bruta sugerem tendências de pautas, as quais foram organizadas a partir dos seguintes grupos temáticos:

I - Acessibilidade;

II – Ações afirmativas;

III – Cultura tradicional;

IV – Atuação em rede, benefícios sociais, comunicação e mapeamento;

V – Formação, capacitação e educação;

VI – Ampliação de projetos e editais;

VII – Participação social;

VIII – Equipamentos culturais e uso de espaço;

IX – Descentralização de ações culturais, políticas públicas e democratização.

## I – Acessibilidade

O tema da acessibilidade como forma de inclusão social e democratização da cultura no Estado de São Paulo trouxe proposições que visam garantir a acessibilidade, em todos os eventos culturais, para pessoas com deficiência. Algumas das propostas trazidas, estão sintetizadas abaixo:

1	Garantir a execução de leis de acessibilidade em todos os eventos culturais.
2	Elaboração de cursos de arte nas mais diversas linguagens direcionados a PCDS ministrados por profissionais capacitados e metodologias específicas.
3	Manutenção de espaços culturais já existentes, tanto na estrutura física quanto a recursos humanos e implementação de acessibilidade.

## II – Ações afirmativas

Outra forma de democratizar o acesso à cultura se dá através da garantia de políticas afirmativas para minorias e a promoção da diversidade. Sobre esse tema, foram levantadas as seguintes propostas:

1	Garantir políticas afirmativas de gênero, raça e grupos historicamente discriminados na composição dos órgãos deliberativos e fiscais da cultura.
2	Fomentar e apoiar a realização de eventos que promovam a diversidade sexual e de gênero, bem como o combate à discriminação e à violência contra a população LGBTQIAPN+, de Mulheres e População preta.
3	Política de inclusão através da implantação de políticas de cotas em todas as ações da cultura.
4	Estimular e facilitar o acesso da população LGBTQIAPN+ aos programas e editais de incentivo à cultura, garantindo critérios de equidade, transparência e qualidade na seleção e na prestação de contas dos projetos.
5	Criação de políticas públicas de formação profissionalizantes, observando ações afirmativas, incluindo prioritariamente pessoas LGBTQIAPN+, pessoas

	transgênero, indígenas, pessoas pretas, periféricas, mulheres em situação de vulnerabilidade e mães solas, ampliando o acesso ao mercado de trabalho.
6	Defender políticas que ofereçam subsídios e apoio financeiro a grupos minoritários e artistas que têm dificuldade em acessar recursos culturais.
7	Políticas de inclusão: Solicitar a implementação de políticas que promovam a inclusão de grupos minoritários e tradicionais na produção e fruição cultural, com ênfase na diversidade étnica, de gênero e socioeconômica.

### III - Cultura tradicional

A partir do reconhecimento de polos regionais de saberes e habilidades culturais em comunidades tradicionais caiçaras, pretas, quilombolas, indígenas e periféricas, vislumbra-se a criação de políticas públicas a fim de ampliar tais atividades. Sobre esse tem, foram apresentadas as seguintes propostas:

1	Estimular a criação de grupos voltados às culturas populares, ao artesanato, aos saberes tradicionais visando a garantia de preservação da memória, desenvolvendo pesquisas e valorizando as tradições locais.
2	Fomento e implementação de políticas de incentivo à diversidade cultural, valorizando as expressões culturais tradicionais, indígenas e populares, bem como as manifestações artísticas contemporâneas.
3	Fomento de políticas públicas para criação de um núcleo especializado sobre a história e cultura indígena no Estado de São Paulo, objetivando o fortalecimento da memória coletiva e diálogos culturais.
4	Criação de programas que incentivem a organização, nos municípios, de Festivais com temas que fortaleçam a memória coletiva indígena, culturas tradicionais e quilombolas.
5	Reconhecer polos regionais de saberes e habilidades culturais em comunidades tradicionais caiçaras, pretas, quilombolas, indígenas e periféricas, criando políticas itinerantes regionais desses saberes; oferecer por parte do ministério da cultura cursos técnicos, formação continuada, seminários, mesas de debate para

	trabalhadores, gestores e conselheiros da cultura.
--	--

#### **IV – Atuação em rede, benefícios sociais, comunicação e mapeamento**

Visa desenvolver ações intersetoriais, entre a Secretaria da Cultura, demais órgãos e instituições da sociedade civil, para promoção de ações culturais. No campo da comunicação, demanda-se a criação de meios de comunicação que considerem a diversidade do público, tornando-os mais precisos e assertivos, de tal forma que propiciem a aproximação entre poder público e sociedade civil. As propostas trazidas sobre esse assunto estão sintetizadas da seguinte forma:

1	Instituir incubadoras de empresas culturais em parceria com iniciativas privadas, organizações sociais e financeiras, universidades e instituições de ensino, sistema S, demais ministérios, etc.
2	Promover o intercâmbio de ações culturais entre os municípios e de programas que conectem os artistas regionais através de intercâmbios culturais.
3	Parcerias entre a Secretaria da Cultura e as demais Secretarias Estaduais como forma de interdisciplinaridade.
4	Propor uma rede de atenção sólida para os instrumentos culturais do interior paulista.
5	Ampliação dos canais de diálogo de forma a garantir, além da gestão colaborativa, a responsabilidade compartilhada, buscando a efetividade e garantia do processo democrático da cultura.
6	Realizar um mapeamento e cadastro nacional de trabalhadores e fazedores de cultura.
7	Incentivo ao Credenciamento Artístico Municipal e Disponibilização de Banco de Dados Público.
8	Realização de Censo Cultural e Disponibilização dos dados dos artistas para promoção de intercâmbio cultural entre as Secretarias Municipais de Cultura.
9	Fomentar a intersetorialidade nos territórios através das tecnologias existentes como instrumento de identificação, mapeamento, planejamento, implementação e avaliação de políticas culturais,

## V- Formação, capacitação e educação

O assunto sobre formação, capacitação e educação também se mostrou recorrente dentre as propostas enviadas. Nota-se, portanto, uma preocupação com o desenvolvimento de um processo de estudo para capacitação do corpo de servidores e fazedores de cultura para fomento, formação, democratização e disseminação cultural. As propostas sobre esses temas estão sintetizadas na tabela a seguir:

1	Formação para os professores na rede pública, com o foco na implementação de currículo sobre a história da cidade e a contribuição artística para o município.
2	Inclusão de ações culturais obrigatórias, institucionalizadas, dentro da grade curricular das escolas públicas.
3	Fomentar ações de incentivo a formação de público e de novos artistas com projetos dentro das escolas.
4	Implementação de cursos profissionalizante para agentes culturais.
5	Articular parcerias com o MinC, o MEC e instituições educacionais locais, para implantação de cursos técnicos e profissionalizantes.
6	Promover a capacitação dos profissionais dos equipamentos Culturais e dos agentes de cultura para garantir acessibilidade arquitetônica, latitudinal e comunicacional em todos os eventos, oficinas e atividades culturais.
7	Promover ações de formação cultural, capacitação e educação artística em todas as etapas da vida, visando o desenvolvimento de habilidades criativas e o estímulo à expressão cultural.

## VI - Ampliação de projetos e editais

A maioria das propostas sobre a ampliação ou criação de novos editais, enfatiza a criação de cotas para haver maior participação de municípios do interior, litoral ou aqueles com poucos habitantes na produção cultural. Essas propostas estão sintetizadas da seguinte forma:

1	Estadual: Criação e/ou ampliação de editais culturais com execução longa (entre 12 e 24 meses) para produção artística.
2	Implementação de sistema de cotas nos editais para municípios com menos de 5 mil habitantes, municípios do interior e do litoral.
3	Garantir a efetiva democratização na distribuição de recursos por meio da revisão dos editais do MinC e da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, estabelecendo critérios de acesso aos recursos.

## VII – Participação social

Outro assunto que teve grande ênfase dentre as propostas enviadas no eixo 2, diz respeito a participação social. O principal destaque se deu pela necessidade do estímulo da construção de mecanismos de participação da sociedade civil. Essa pauta está apresentada da seguinte maneira:

1	Orçamento participativo da cultura: permitir que a comunidade escolha parte dos investimentos culturais, garantindo a participação direta da população na tomada de decisões.
2	Criação do Conselho Estadual de Cultura estruturado pelo Sistema Nacional de Cultural.
3	Efetivação dos mecanismos de participação popular para que as deliberações e propostas pactuadas por meio de debate público se efetivem.
4	Aumentar mecanismos de consulta e participação popular no Ministério para que as demandas locais sejam consideradas nas políticas públicas culturais.
5	Empoderamento pela Sociedade Civil dos princípios e estruturas para a efetiva participação social através de Fóruns Setoriais e do Conselho Municipal com representação majoritária da Sociedade Civil.
6	A Criação de eixos regionais de discussão de cultura para levar demandas regionais para o Conselho Nacional de Cultura.
7	Realização de fóruns temáticos para a discussão dos segmentos, ações e projetos a serem fomentados com plena participação da sociedade civil e de

	outras entidades do poder público e privado.
--	--

### **VIII – Equipamentos culturais e uso de espaço**

Destinação de verbas para a construção de mais espaços culturais que incentivem e promovam o acesso da cultura para todas as classes sociais, principalmente na periferia, bairros distantes e distritos, exemplificados através das sugestões enviadas:

1	Promover a distribuição de recursos que possam atender os instrumentos culturais do interior paulista e até garantir a implementação de outros equipamentos, como as Fábricas de Cultura.
2	Verba para a construção de equipamentos culturais para os municípios do interior e litoral.
3	Criação de programa para destinar recursos para centros culturais municipais, no formato PNDDE.
4	Criação de polos estaduais de difusão e fomento de cultura, instalando unidades Estaduais nas diversas regiões.
5	Criação de Centros Municipais de Cultura.
6	Criação de um espaço público (parque ou horto, por exemplo) para que possam ser desenvolvidas atividades de educação patrimonial, ambiental e histórica.
7	Implementar política de utilização de espaços e equipamentos públicos para atividades culturais promovidas por agentes culturais de cidades, sejam eles já existentes (como teatros, galerias e demais espaços culturais municipais), abertos ao trânsito de pessoas (como praças, parques, vias, etc.), ou com a ocupação de edifícios públicos ociosos (Prefeitura, Governo Estadual e União), através de regulamentos, sistemas de agendamento ou editais de ocupação com processos unificados e desburocratizados, promovendo amplo acesso e a liberdade de expressão das manifestações artísticas.

8	Elaboração e revisão de normas para o uso de espaços públicos já existentes para a realização de ações culturais.
---	---

### **IX – Descentralização de ações culturais, políticas públicas e democratização**

Visa manter, fortalecer e criar programas e projetos que favoreçam a descentralização da produção cultural, com o intuito de levar cultura para bairros não centrais e cidades de menores portes.

1	Programa de democratização cultural: desenvolver projetos que levem cultura a áreas periféricas, com ações itinerantes, apresentações e oficinas em comunidades carentes.
2	Atividades artísticas de formação itinerante onde os espaços públicos como escolas municipais e estaduais possam ceder espaço às capacitações artísticas. Utilizar do credenciamento de artistas para a liderança na formação itinerante.
3	Levar cultura aos bairros por intermédio de Associações de Bairros.
4	Provocar maior participação da comunidade da terceira idade nas oficinas e atividades culturais do município, garantindo a acessibilidade e desenvolvimento de ações destinadas a esse público.
5	Criação de políticas públicas de cultura específicas para os municípios de pequeno porte.
6	Implementação do Sistema Estadual de Cultura.
7	Incentivar a criação de uma “biblioteca itinerante” para percorrer espaços públicos distantes do centro da cidade (nos distritos e em bairros da zona rural), disponibilizando livros para consulta e empréstimo.
8	Valorização e fomento das iniciativas culturais locais; articulação em rede para toda a diversidade cultural local; descentralização da rede de equipamentos, serviços, espaços culturais e tecnologias sociais.
9	Garantir acesso à cultura e participação social <i>online</i> especialmente em regiões com poucos recursos culturais e presenciais.